QUANDO A CALÇADA É A EXTENSÃO DO LAR: PRÁTICAS SOCIAIS DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM CUIABÁ/MT

D. Gallo, F. Santos, L. Logsdon

RESUMO

Tendo a cidade e seus espaços públicos como objeto, especificamente as calçadas e suas práticas espontâneas de apropriação, o objetivo foi discutir a experiência urbana e a construção de espaços dinâmicos de fluxo cultural. Buscou-se entender a relação dos espaços públicos e seus atributos paisagísticos, simbólicos e culturais, e como se conformam estes espaços na contemporaneidade, tendo como recorte espacial a cidade de Cuiabá/MT. O referencial teórico-metodológico adotado foi a fenomenologia e a decolonialidade. As cidades são construções históricas e sociais, sendo observadas diversas cidades dentro da mesma, e é esta mistura, não forçada, que caracteriza a cidade contemporânea. O espaço urbano e a experiência que seus cidadãos têm nele influenciam as diferentes subjetividades vividas, e cada vez menos as identidades coletivas encontram na cidade seu palco constitutivo. Espera-se contribuir para a compreensão teórica de novas formas de se pensar e fazer a cidade, e seus espaços públicos.

1 INTRODUÇÃO

Ao vislumbrarmos as diversas transformações do mundo contemporâneo, os novos modos de se produzir a cultura, subjetividade e, porque não, as próprias cidades, e tendo em vista as questões urbanas da contemporaneidade, não solucionadas pelo paradigma da modernidade – ainda tão marcante na arquitetura e no urbanismo mundiais, e particularmente no cenário brasileiro – propôs-se investigar e discutir como os fluxos culturais e as memórias dos sujeitos são construídas nos espaços públicos das cidades, e como o "permanecer" nestes espaços pode contribuir para a qualidade e utilização dos mesmos.

Ao perceber-se que as transformações culturais são decorrentes das novas tecnologias e pela mudança na produção e circulação simbólica e que estas estão associadas ao crescimento urbano, pensou-se que a cidade poderia ser tomada como uma unidade de coerência e consistência analítica. As sociedades que antes eram dispersas em comunidade com culturas tradicionais, locais e homogêneas, fazem parte, na contemporaneidade, de uma complexa trama urbana, nacional e internacional, onde se dispõe uma oferta simbólica heterogênea, constantemente renovada. Cunhou-se a ideologia de que as megalópoles gerariam anonimato, os bairros solidariedade, os subúrbios violência e crimes e que os espaços verdes produziriam relaxamento. Porém viver nas grandes cidades não implica no dissolver-se na massa e no anonimato, a violência e a falta de segurança pública, e a incapacidade de se conhecer todo o território das grandes cidades levou à procura da intimidade doméstica, em encontros confiáveis, formas mais seletivas de sociabilidade.

Multiplicam-se as grades nas janelas e a privatização de ruas em bairros, confinando grupos populares a espaços específicos, periféricos ou centrais (Canclini, 2013).

Para Silva (2011) atualmente ocorre um esvaziamento do espaço público, ocorrendo uma colonização da esfera pública pela privada, essa nova configuração do mundo fragmentada e mercantilizada são variáveis a ser consideradas. Aqueles que ainda se encontram na rua são considerados gente perigosa, pura e simplesmente, vagabundos, mendigos, sem lar, drogados, ladrões, suspeitos e vadios. Para os inocentes que precisam deixar a segurança sobre rodas dos carros, a autora compara as ruas a florestas, não mais ao palco de encontro social; lugar carregado de riscos e não mais de oportunidades. A rua, a selva que está lá distante, é o lugar onde a pessoa não deseja ir, escondendo-se em casa ou no carro. O espaço público tem sido não mais a rua que passa a ser vista pelos planejadores urbanos como suporte ao tráfego, conexão. Se os espaços públicos cada vez mais deixam de ser o lá fora, como se entende este aqui dentro? Quem consegue "entrar" neles?

A problemática colocada diz respeito a como a cidade contemporânea, marcada pelo urbanismo modernista e pela supervalorização do automóvel pode ainda resistir a este esvaziamento, por meio de encontros sociais no espaço da calçada. De forma particular o hábito cuiabano de colocar cadeiras nas calçadas para conversar ao final do dia, e como este ato pode apresentar-se como uma micropolítica de resistência a esta cidade impessoal.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A questão urbana

Normalmente as cidades são descritas, no âmbito da arquitetura e do urbanismo, ocupandose predominantemente de sua forma (morfologia), uma vez que esta é um dado concreto, gerador de experiências concretas. Os fatos urbanos, como abordado por Aldo Rossi (2001) podem ser analisados de forma quantitativa e qualitativa, no primeiro método tomase a cidade como artefato, dividida em elementos primários e áreas residenciais, entre esfera pública e privada. Ao se considerar a ciência urbana, sob a ótica das ciências humanas abrem-se inúmeros pontos de vistas, considerando a urbanidade como uma elaboração histórica e social complexa. Os fatos urbanos são singulares e ao ocupar-se de sua descrição é necessário observar a fundo esse fato, levantando-se questões referentes à qualidade, à sua natureza singular. Para Rossi (2001), a cidade é sempre uma criação humana e tem como premissas estáveis a criação de um ambiente mais propício à vida e intencionalmente mais belo.

O fenômeno urbano, ou a urbanização em que se encontram majoritariamente as sociedades contemporâneas, pode ser entendido como: a) Concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade; b) Difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado 'cultura urbana' (Castells, 1983). Se de um lado a questão urbana pode ser analisada de formas separadas, entendê-la em sua complexidade, relacionando-se forma e cultura, e sua influência na formação de paisagens urbanas, ou paisagens culturais, busca ser uma abordagem mais completa.

A ligação entre forma espacial e conteúdo cultural já foi estudada na história das cidades, e observam-se modos diferentes de se fazer cidade, poéticas autorreferenciadas em cada conjunto de signos e símbolos específicos de cada época. Autores como o próprio Castells

(1983) e mesmo Argan (2005) em sua obra “História da arte como história da cidade”, procuraram analisar os fatos urbanos com suas singularidades e estruturas próprias.

Para entender e analisar a cidade contemporânea se faz necessário compreender como as cidades evoluíram e a crítica ao urbanismo modernista, que ainda é ensinado e repetido incansavelmente até os dias de hoje. Este paradigma modernista de planejamento urbano foi fortemente criticado desde a década de 60, quando Jane Jacobs publicou seu livro “Morte e vida de grandes cidades”. Jacobs (2009) considerou o planejamento e o desenho urbano modernos como responsáveis pela monotonia e falta de vida nas cidades, criando espaços monumentais, padronizados e vazios. A autora propôs a diversidade urbana como elemento, ele mesmo, responsável por estimular mais diversidade. A falta de diversificação de usos, de pessoas, de combinação desses usos, presente no urbanismo modernista é responsável pela falta de vida e segurança nos espaços públicos da cidade, onde as ruas passaram a ser local de passagem, deixando de ser local de troca de experiências, de vivências, de fluxos culturais.

Este processo de urbanização aumentou em proporção à industrialização, e um êxodo rural subsequente desencadeou um crescimento populacional extraordinário das cidades, sendo que até o século XIX havia um equilíbrio entre as atividades dentro da cidade. Em Paris e Londres surgem os primeiros problemas decorrentes, o congestionamento, em razão do sistema ferroviário e das aglomerações de moradias, bem como a insalubridade generalizada, suscitando as primeiras preocupações sanitaristas. Este urbanismo sanitarista teve seu auge em Paris com o Barão de Haussmann e reflexos inclusive no Brasil, de modo mais claro com Pereira Passos e Osvaldo Cruz no Rio de Janeiro (Brandão, 2014), e em São Paulo no urbanismo rodoviarista discutido no vídeo “Entre Rios” pelo professor da FAU-USP Alexandre Delijaicov[1].

O desenvolvimento das cidades, em praticamente todos os períodos, correspondeu a uma ideia de cidade, uma concepção de cidade que abrigaria uma sociedade perfeita. De modo particular pode-se observar no urbanismo utópico uma tentativa de responder aos problemas advindos da urbanização acelerada. São propostas utópicas o Falanstério de Charles Fourier, de 1843, o Familistério de Jean Baptista Godin em 1860, a Vila Operária de Robert Owen e a Cidade Jardim de Hebenezer Howard em 1898 (Brandão, 2014; Choay, 2010).

Le Corbusier concebeu, ainda nas primeiras décadas do século XX, a Ville Contemporaine e a Ville Radieuse, modelos de cidades modernas altamente controladas, com baixa ocupação do solo urbano e rigidez formal e fixidez funcional. A cidade funcionalista, com traçado regular foi confirmada nos CIAM (Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna) e com a carta de Atenas, convertendo-se nos mandamentos do urbanismo moderno. Esta ideologia foi colocada em prática de forma ímpar na construção de Brasília, e de Chandigarh na Índia. Como consequência ainda da Carta de Atenas temos os subúrbios ricos dos EUA e mais recentemente os condomínios de luxo longe dos centros urbanos nas grandes cidades brasileiras. Exemplos de reorganização e setorização urbanas. O movimento pós-modernista foi a junção entre a crítica ao urbanismo modernista, de Jacobs, e à própria arquitetura modernista homogênea e monótona. Arquitetos norte-americanos como Robert Venturi, Charles Jenk e Charles Moore lançaram suas críticas à

[1] FERRAZ, Caio Silva; SCARPELINI, Joana. Entre Rios: a urbanização de São Paulo [Vídeo] Produção de Joana Scarpelini, Direção de Caio Silva Ferraz. São Paulo: Senac 25/maio/2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Fwh-cZfWNIc>>

assepsia modernista na segunda metade da década de 70. Brandão (2014) situa este pósmodernismo num momento onde a modernidade é questionada por não cumprir com suas promessas de felicidade e evolução humana. No Brasil, onde as ideias modernistas permanecem por muito arraigadas, se questiona o que significa para as cidades o alto grau de informalidade que se observa em contrapartida à modernidade que se pretende construir. Esta informalidade vista como a cidade real, que necessita diminuir os efeitos econômicos e sociais desintegradores do sistema capitalista.

Para Canclini (2013: 286-7), "a urbanização predominante nas sociedades contemporâneas se entrelaça com a serialização e o anonimato na produção, com reestruturações da comunicação imaterial (dos meios massivos à telemática) que modificam os vínculos entre o público e o privado." A hibridação cultural explicada pelo autor ocorre por três processos fundamentas: a quebra e mescla das coleções organizadas pelos sistemas culturais, a desterritorialização dos processos simbólicos e a expansão dos gêneros impuros de cultura. O conceito de espaços sociais cunhado por Bauman (1997: 168) diz que:

> (...) o espaço cognitivo é construído intelectualmente, por aquisição e distribuição de conhecimento, o espaço estético é demarcado afetivamente, pela atenção guiada pela curiosidade e pela busca de intensidade experiencial, ao passo que o espaço moral é "construído" por desigual distribuição de responsabilidade sentida/assumida.

Para o autor o espaço social é governado por regras, onde podemos encontrar como atores sociais os próximos e os estranhos, onde quanto mais estranho for o estranho, quanto menos for conhecido, tanto menos confiança tem-se nele. Desta maneira, o espaço social inicia-se na fronteira de vizinhança, onde se perde a familiaridade. A multidão urbana não deve ser entendida como uma coleção de indivíduos, seria mais um agregado indiscriminado e sem forma que se dissolve na individualidade, tanto a multidão como os indivíduos perdem o rosto, são substituíveis e disponíveis. A cidade é o lugar do mau encontro e seu espaço físico se organiza de tal forma que estes encontros, quando indesejáveis possam ser evitados. Exemplo disso são as vastas áreas de espaço vazio, feitas para se passar por ela e não estar nelas, usá-las e as vias de circulação, predominantemente ruas, configuradas como espaços de passagem rápida, de preferência em veículos automotores. Para Bauman (1997) ainda, caso fosse possível traçar uma cartografia do espaço cognitivo sobre o mapa da cidade encontrar-se-ia uma figura de arquipélago, e não uma imagem compacta e coesa, evidenciando a fragmentação desses encontros.

O espaço estético não interfere no distanciamento social, a cidade é tradicionalmente palco para encontros, e o passeador citadino pode construir imagens mentais, baseadas nas aparências um ao outro. A aparência torna-se o objeto da forma de avaliação, produzida pelo olhar, avaliação estética segundo critérios da subjetividade. Estes espaços destinados a oferecer aos visitantes o prazer do olhar sempre existiram nas cidades, e o mercado se apropriou deles para atrair fregueses para o consumo. Porém, nem todas as ruas são adequadas ao prazer estético do olhar. Para tanto precisam de alguns atributos, tais como: amplidão física, espaço para olhar ao redor; interesse nas ruas e nas edificações que as flanqueiam, devem ser capazes de atrair os que têm tempo e impeli-los a olhar ao redor. Infelizmente a rua está "escondida da trilha batida (agora sinônimo de vias de passagem, rodovias de muitas pistas e vias expressas) onde está a ação de hoje" (Bauman, 1997: 200)

que é a ação de passar de um lugar a outro, sem paradas, preferencialmente sem olhar ao redor.

Para Canclini (2013), cada vez menos as identidades coletivas encontram na cidade seu palco constitutivo, a esfera pública é ocupada por agentes que calculam tecnicamente suas decisões e organizam o atendimento às demandas segundo critérios de rentabilidade e eficiência, numa subjetividade capitalística como proposto por Guattari et al (2000). O mercado reorganiza o mundo público como palco do consumo, as ruas saturam-se de carros, pessoas apressadas para cumprir compromissos profissionais ou consumir uma diversão programada.

A crise urbana advém da crescente incapacidade da organização social capitalista em assegurar a produção, distribuição e gestão dos meios de consumo necessários à coletividade, como moradia, educação, transporte, saúde, áreas verdes, etc. O consumo de massa é a organização do consumo individual na base da organização do consumo coletivo, que se dá por meio da estrutura urbana. As urbanizações periféricas, já mencionadas, revelaram-se um poderoso aparelho de estímulo ao consumo individual, na medida em que cada unidade habitacional deve se transformar num mundo fechado e autosuficiente, descaracterizando uma rede de conexões existente antigamente. Estes meios de consumo coletivos, elementos básicos da estrutura urbana se tornam cada vez mais imperiosos, decorrentes da necessidade de acumulação do capital, do processo de produção, de consumo e das reinvindicações sociais. Esta contradição, onde os serviços coletivos requeridos pelo modo de vida capitalista não são suficientemente rentáveis para ser produzidos pelo capital, que visa o lucro, gera a crise urbana. Os equipamentos urbanos de uso coletivo, por suas características, surgem do Estado, tornando este o patrão dos serviços públicos que condicionam as práticas sociais do conjunto da população (Castells, 1980).

No espaço urbano o conjunto de obras e mensagens que estruturam a cultura visual e a gramática de leitura da cidade tem diminuído sua eficácia. Não há um sistema arquitetônico homogêneo e os bairros não possuem mais perfis que os diferenciem e criem identidades legíveis. A falta de regulamentação urbanística e a hibridez cultural de construtores e usuários mesclam estilos de diversas épocas. Essa desarticulação do urbano põe em dúvida os sistemas culturais encontrando sua chave nas relações da população com um certo tipo de território, num processo de desterritorialização. E é exatamente nessas tensões entre desterritorialização e reterritorialização que se encontra o significado de se entrar e sair da modernidade. Isso ocorre em dois processos: a perda da relação natural da cultura com o território geográfico e social e certas relocalizações territoriais relativas, parciais, das velhas e novas produções simbólicas. A isso se entende a cultura contemporânea (Canclini, 2013).

2.2 Paisagem urbana

A paisagem é um mosaico, mas que tem um funcionamento unitário. Suas mutações podem ser estruturais ou funcionais. A rua, a praça, o logradouro funcionam de modo diverso nas diferentes horas do dia, nos dias de semana e nas épocas do ano. Dentro da cidade também ocorre uma diferenciação da paisagem conforme a divisão territorial do trabalho, com paisagens funcionalmente distintas. A paisagem é materialidade, materialização de um instante da sociedade, diferencia-se de espaço, que é o casamento da

sociedade com a paisagem, mas forma com essa um par dialético, ora complementando-se, ora opondo-se (Santos, 1988).

Para Cauquelin (2007), as paisagens urbanas são construídas de elementos, contrapondo-se à noção de paisagem natural, tanto por negar a proximidade com a Natureza, como pelo seu conteúdo. A paisagem como sentença gramatical oferece um repertório de materiais de sua linguagem.

De acordo com Santos (1985), o território é formado por diversas frações funcionais e esta funcionalidade inerente ao território vai depender das demandas em vários níveis, desde o local até o mundial, criando assim os fluxos em função das atividades, da população e da herança espacial. O termo lugar é usado para designar um conjunto de objetos (como ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos) que adquire uma autonomia em decorrência das coisas que o formam, porém não possui autonomia de significação, pois diariamente novas funções substituem as antigas. Já por espaço pode-se compreender, diferentemente de lugar, como uma materialidade constituída de coisas e objetos geográficos, tanto naturais como artificiais, dinamizados pela vida e pelas ações sociais, sendo assim, uma totalidade indissociável composta por um sistema de objetos e ações (Santos, 1988).

O impacto visual da cidade sobre seus habitantes ou visitantes e o interesse para toda a coletividade advém do conjunto de edifícios e pela reunião de pessoas. A reunião dos elementos que concorrem para a criação de um ambiente, desde edifícios aos anúncios e ao tráfego, passando pela natureza, pela água, enfim por todos os elementos que despertem emoções e interesse. Se a cidade se apresentar monótona, incaracterística ou amorfa, ela não cumpre sua missão. Segundo Cullen (2009), devem-se considerar três aspectos na paisagem urbana: a ótica, o local e o conteúdo. A ótica é o que se entende por visão serial, ao atravessar a cidade o transeunte tem, na maioria das vezes, uma sucessão de surpresas e revelações súbitas. O local diz respeito às reações das pessoas perante a sua posição no espaço, estar em relação à. Já o conteúdo relaciona-se a própria constituição da cidade, sua cor, textura, escala, estilo, natureza, personalidade, tudo o que a individualiza.

Como obra arquitetônica a cidade é uma construção no espaço, em grande escala e que só pode ser percebida no decorrer de longos períodos de tempo. Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação ao seu entorno, a cada instante há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, sempre há um cenário, uma paisagem a ser explorada. A legibilidade da cidade para Lynch (1997) indica a facilidade com que suas partes podem ser reconhecidas e organizadas num modelo coerente. Para o autor um ambiente característico e legível oferece segurança e reforça a profundidade e a intensidade das experiências humanas no espaço urbano. As imagens ambientais são resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente, onde o último sugere especificidades e relações e o observador seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê. Esta imagem é composta por identidade, estrutura e significado. Uma vez que o desenvolvimento da imagem é um processo interativo, é possível reforçar a imagem tanto por meio de artifícios simbólicos e do reaprendizado de quem a percebe, como por meio da reformulação do seu entorno.

2.3 Micropolítica e Singularização

O sujeito emerge no nível da experiência individual e é pela vontade que cada um dá sentido à sua vida. Félix Guattari prefere utilizar o termo ‘processo de singularização’ em vez de singularidades, uma vez que estes processos não podem ser afetados nem no nível individual, muito menos nos níveis macro e microssociais, sendo necessário o seu agenciamento nos próprios níveis onde emergem (Guattari et al, 2000). Estas questões são chamadas de micropolíticas, pois se referem à formação de desejos no campo social.

Para os autores não existe uma subjetividade do tipo recipiente, na qual se interiorizariam coisas exteriores, essas mesmas coisas em si já se constituem e estão relacionados num processo de subjetivação inconsciente. Ao considerar a subjetividade como um fluxo contínuo de sensações, modos de existir, amar e comunicar, imagens, sons, afetos, valores e formas de consumo fabricadas socialmente, considera-se que todos os sujeitos e coletivos humanos, em maior ou menor grau são produtores de subjetividade.

A ideia de produção de subjetividade foi proposta como uma alternativa ao conceito de ideologia. Sendo que no sistema capitalista torna-se uma produção em escala internacional, a subjetividade capitalística. Esta produção é a de maior importância, sendo que tudo o mais que é produzido por esta subjetivação capitalística é mais que uma transmissão de significações, trata-se de um sistema de conexão direta entre as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas, definindo, assim, a própria maneira de perceber o mundo (Guattari et al, 2000).

Todos os fenômenos importantes atuais envolvem dimensões do desejo e da subjetividade. E para os autores a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação, ou seja, toda a produção de sentido não está centrada em ageentes individuais nem em agentes grupais. Esta produção implica o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extraindividual quanto de natureza infra-humana, intrapsíquica, infrapessoal (Guattari et al, 2000).

A essa máquina de produção de subjetividade, Guattari opõe a ideia de desenvolvimento de modos de subjetivação singulares, ou processos de singularização, uma maneira de recusar esses modos de encodificação preestabelecidos. Esta forma de recusa a modos de manipulação de modos de sensibilidade, modos de produção e relação com o outro, modos de criatividade que produzem uma subjetividade singular, seria uma maneira de modificar dispositivos sociais e valores que não são os nossos.

O capitalismo mundial integrado, produzindo uma subjetividade capitalística cada vez mais enrijecida, baseada no extremo individualismo, na produção massificada de subjetividades vendidas como promessas de singularização para milhões de sujeitos é um problema contemporâneo. Os processos de singularização no cotidiano, onde pequenas práticas com foro na criatividade e nas experiências de vida dos sujeitos podem enriquecer as relações das pessoas com o mundo. Porém não está dado por si só, é preciso a partir da compreensão de que a subjetividade é continuamente produzida, lutar por novas possibilidades, reinventando no cotidiano novos modos de existir, novas relações consigo mesmo e com o mundo (Soares et al, 2009).

As ruas e calçadas, antigos espaços típicos de lazer, de trocas de experiências e ideias entre os moradores após o trabalho e no final de semana, e onde se promoviam festas, brincadeiras e outras formas de distração e cultura perderam grande parte da sua função como geradora e mantenedora da identidade da vizinhança, atraída para dentro de casa

pelos aparelhos de televisão. A transformação das ruas em vias de passagem para veículos e das calçadas em estacionamentos corroborou para descaracterizar estes locais como pontos de encontro frequente e gratuito. Os espaços onde a coletividade criava e promovia suas práticas de lazer e cultura, sem fins comerciais foram reduzidos e não substituídos por outros (Santos, 2002).

3 CADEIRAS NA CALÇADA EM CUIABÁ

A cidade de Cuiabá teve seus processos de espacialização e constituição urbana como reflexo de uma dicotomia entre suas referências histórico-culturais e o moderno, conflito que nasceu entre seu passado, representado pela rica cultura e patrimônio e a necessidade de modernização, face aos problemas de crescimento urbano e mesmo à negação de sua condição cultural pregressa. A cidade surgiu definitivamente a partir do início do século XVIII, sobre a riqueza do ouro e sua exploração num Brasil colonial, de ocupação litorânea. Enfrentou períodos alternados de crise e prosperidade, oscilando entre o declínio da mineração, sucesso na exploração do seringal e da cana de açúcar (final do século XIX e início do XX), passando por décadas de marasmo econômico até a divisão do estado em 1977. A partir deste momento ocorreu nova fase de pujança fundamentada na produção agroindustrial (Silva, 2007).

O processo de descaracterização do seu Centro Histórico se deu a partir do final da década de 1950, iniciado pela obsessão pela modernização da capital pela iniciativa pública, com demolição de vários edifícios da arquitetura colonial cuiabana. A capital teve altos índices de crescimento populacional nas décadas de 1960 e 1970, incentivados pela política de ocupação da região amazônica e do centro oeste pelo Governo Federal. Com este processo ocorreu a degradação dos serviços urbanos, invasões e ocupações de áreas de reserva, constituição de habitações irregulares, pressão e especulação imobiliária, impermeabilização e verticalização urbana, implicando em degradação da qualidade de vida e impacto sobre o meio ambiente urbano (Silva, 2007).
Paralelamente a isso, Silva (2007) observa que o traçado colonial cuiabano foi desafiado pelo automóvel e seu imaginário de progresso. Surgindo a necessidade de providenciar uma circulação eficiente para a cidade de traçado sinuoso e ruas revestidas de paralelepípedos. Na década de 1970 ocorreu grande pressão comercial imobiliária na área central da cidade, decorrente do “Milagre econômico”. Porém somente a partir da década de 1980 surgiu a discussão sobre a importância em preservar o patrimônio, pressionandose pela preservação do Centro Histórico de Cuiabá. A Cuiabá contemporânea é uma capital que assume seu papel de metrópole regional, mesmo tendo uma composição paradoxal e complexa, refletida nos seus conflitos, segregação sócio-espacial, exploração e destruição dos recursos naturais e dinamismo econômico.

O fenômeno urbano e a urbanização são elementos importantes na discussão cultural, e na construção da história local (memória dos sujeitos) tanto em relação à produção como à troca simbólica que ocorrem, por assim dizer, no espaço da cidade.

As cidades são construções históricas e sociais e são observadas diversas cidades dentro da mesma cidade, e é esta mistura, não forçada, que caracteriza a cidade contemporânea. As diversas imagens da cidade, suas diferentes paisagens estão relacionadas com a cidade sentida, imaginada ou pensada, fazem parte do imaginário coletivo. O espaço urbano e a experiência que seus cidadãos vivenciam nele influenciam as diferentes subjetividades construídas. Por outro lado os espaços públicos, em especial a rua, a praça, o largo, a

calçada, perderam espaço para o carro, transformaram-se em local de passagem, as pessoas passam seu tempo trancadas em casa ou nos seus carros, as ruas se tornaram espaços de passagem. A conversa na calçada, as rodas de tereré, o passear nos espaços públicos tem desaparecido, perdido sua função de fluxo cultural, espaço de trocas simbólicas.

Esta cidade como espaço de fluxos, onde coexistem diversas linguagens culturais, onde a sociabilização do espaço público é prejudicada pela sua depreciação, leva ao questionamento de qual a imagem que se tem da cidade, como se dá a convivência nos espaços públicos de uma cidade em que a cada dia a insegurança pública é maior?

Várias práticas de permanência e fluxos ocorrem nos espaços públicos, em especial nas calçadas, configurando um patrimônio cultural imaterial tais como as rodas de chimarrão no sul e em muitas cidades do interior da região centro-oeste, cuja colonização é fortemente marcada pela migração sulista. A roda de tereré no estado de Mato Grosso do Sul, e de forma particular na capital Campo Grande, e as rodas de conversa ou "cadeiras na calçada" costume tradicional das famílias cuiabanas, onde o espaço público torna-se palco de encontros e encenações da vida cotidiana e da cultura popular.

Estudar estas manifestações culturais torna-se importante para compreender o presente, estar atento a este novo que bate à porta, lembrando Gilles Deleuze (1990), uma vez que estes espaços são por excelência espaços de trocas simbólicas, de construção de imaginários, de convivência e resgate cultural, construção e transmissão de memórias. Acredita-se que estes estejam sofrendo um esvaziamento, gerando um ciclo perverso antissocial, daí a importância em compreender como estas relações se constituem na cidade contemporânea.

Em alguns pontos da cidade de Cuiabá, alguns moradores ainda hoje, no final do dia reúnem-se nas calçadas em frente a suas residências, sejam estas casas ou apartamentos em bairros como Porto, Lixeira e Centro Norte. Cadeiras postas, a sala de visitas se estende até as calçadas. A prosa corre solta como nos tempos de outrora, notícias de cidade e da sua gente, pequenos grupos constroem e mantêm viva a tradição do encontro no espaço público. Num ato, em si político, formam uma resistência, ou microresistência à cidade moderna, dominada pelo automóvel e pelo capital, encontros de troca, cultura e lazer, resguardando a memória e a história do povo cuiabano. Passada pela tradição oral de uma boa conversa.

Partindo do princípio de que a história está presente em todos os lugares e em todos os momentos, observa-se que as realidades históricas de cada lugar e de seus habitantes, com o passar do tempo, adquirem e modificam suas funções e relações entre si, movidas por transformações amplas e de diferentes ordens e que é neste amplo e longo processo histórico que as populações locais constroem sua identidade social (Santos, 2002).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consciente ou inconscientemente, todas as pessoas participam da trama social, dos processos políticos e culturais. Neste sentido são sujeitos da história e portadores de memória histórica e coletiva, que ao longo da tempo tem sido objeto de disputa nas lutas sociais e de poder. Desta forma, manter viva a memória de um povo, muitas vezes é um ato político e de resistência cultural e identitária. O fato social ainda observado nas calçadas cuiabanas representa uma micropolítica de resistência, à medida que nestas conversas

informais, nestes encontros nem tão casuais, os sujeitos, individual e coletivamente constroem e reconstroem diariamente, laços de afeto, modos de viver, sentir e agir, em processos de subjetivação, que embora também eles estejam maculados pela subjetividade capitalística, também são um protesto frente a uma padronização e serialização cultural.

E por ser um processo, fazem parte de uma reapropriação do espaço público, uma tomada e formação de consciência e identidade, uma construção contínua de uma história local. A memória coletiva e individual dos sujeitos fica resguardada do esquecimento, contudo não está livre de um processo que já vem de décadas, mas que não se mostrou satisfatório, um projeto de modernidade.

5 REFERÊNCIAS

Argan, G. C. (2005) **História da arte como história da cidade**, Martins Fontes, São Paulo.

Bauman, Z. (1997) **Ética pós-moderna**, Paulus, São Paulo.

Brandão, L. (2014) Da cidade moderna às contemporâneas: notas para uma crítica do urbanismo modernista, **Rev. Territórios & Fronteiras**, 7(1), p. 247-271.

Canclini, G. N. (2013) **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade, EdUsp, São Paulo.

Castells, M. (1980) **Cidade, democracia e socialismo**, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Castells, M. (1983) **A questão urbana**, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Cauquelin, A. (2007) **A invenção da paisagem**, Martins Fontes, São Paulo.

Choay, F. (2010) **O urbanismo**: utopias e realidades uma antologia, Perspectiva, São Paulo.

Cullen, G. (2009) **Paisagem Urbana**, Edições 70, Lisboa.

Deleuze, G. (1990) Que és um dispositivo? In: Deleuze, G. (1990) **Michel Foucault, filósofo**, Gedisa, Barcelona.

Guattari, F.; Rolnik, S. (2000) **Micropolítica**: cartografias do desejo, Vozes, Petrópolis.
Jacobs, J. (2009) Morte e vida de grandes cidades, Martins Fontes, São Paulo.

Lynch, K. (1997) **A imagem da cidade**, Martins Fontes, São Paulo.

Santos, J. J. M. dos. (2002) História do Lugar: um método de ensino e pesquisa para escolas de nível médio e fundamental, **História, Ciências, Saúde**, 9(1), p. 105-124.

Santos, M. (1985) **Espaço e método**, Nobel, São Paulo.

Santos, M. (1988) **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia, Hucitec, São Paulo.

Silva, F. F. A. (2011) **Novas subjetividades subalternas na cidade**: cultura, comunicação e espacialidade, Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Universidade de São Paulo.

Silva, G. J. A. (2007) **Parque linear da Prainha, Cuiabá-MT**: uma ruptura de paradigmas na intervenção urbana, Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

Soares, L. B.; Miranda, L. L. (2009) Produzir subjetividades: o que significa? **Estudos e pesquisas em psicologia**, 9(2), p. 408-424.

Rossi, A. (2001) **A arquitetura da cidade**, Martins Fontes, São Paulo.